

Ulysses avisa que agora é neutro em relação a Sarney

Quércia explica a Sarney por que quer quatro anos

Jorge Bastos Moreno

BRASÍLIA — O presidente do PMDB, deputado Ulysses Guimarães, em conversas com políticos de sua intimidade — ministros de Estado, governadores e parlamentares — disse que sua nova postura diante do governo do presidente José Sarney é de total neutralidade, embora vá torcer, à distância, para que ele consiga vencer os graves desafios econômicos e sociais do país. E avisou que nada fará contra o movimento por eleições diretas este ano, pois acha que "essa manifestação trafega na rua".

Ulysses desabafou com um desses interlocutores que sua paciência com o governo esgotou-se, depois de seguidas tentativas de fazê-lo caminhar sintonizado com o PMDB. Reconheceu que se desgastou muito dentro do partido e, principalmente, junto à sociedade, por ter acreditado que o presidente Sarney seria capaz de resgatar os compromissos que deram origem à Aliança Democrática, governando com os políticos.

O presidente do PMDB recordou inclusive sua última conversa com Sarney, no episódio da demissão de Bresser Pereira do Ministério da Fazenda. Contou que nessa conversa o presidente deixou claro que sua opção era governar de acordo com critérios pessoais e não políticos. Ontem, Sarney fez apenas uma comunicação formal, por telefone, sobre a confirmação do interino Mailson da Nóbrega. Ulysses desejou-lhe boa sorte.

Rompimento — Mas o presidente do PMDB não defende o rompimento formal do partido com o governo. Ele acha que eticamente o PMDB está impedido de fazê-lo porque tem representantes na administração federal e politicamente seria um desastre: as repercussões desse gesto poderiam agravar ainda mais a instabilidade política, manifesta no atraso dos trabalhos da Constituinte. O processo, segundo Ulysses, tem que ser natural, até porque o PMDB sempre foi agente passivo dos desacertos do governo.

Ulysses disse que percebeu que Sarney pre-

tendia afastar-se do PMDB poucos dias antes da demissão de Bresser e atribuiu essa disposição à tendência crescente na Constituinte em favor dos quatro anos de mandato. Nessa época ele já tinha conversado com as principais lideranças do partido, particularmente os governadores, e registrou que, além de não ser um movimento especificamente contra Sarney, a tese dos quatro anos ganhava corpo como última esperança para resgatar a credibilidade dos políticos e desanuviar o clima de pessimismo e desespero que se abateu sobre o povo.

Sensibilidade — Para o presidente do PMDB, apesar dos percalços que afetaram a imagem do partido na opinião pública, a tradição da legenda sempre foi a de ficar ao lado do povo. Ele considera os governadores são termômetros infalíveis, pois recebem diretamente os ecos das ruas. Citou o exemplo do governador de São Paulo, Orestes Quércia, antes um defensor intransigente dos cinco anos de mandato e hoje um dos primeiros a reconhecer a vontade do povo pelos quatro anos.

Ulysses insinuou que sua autoridade de presidente do PMDB foi construída com sensibilidade política. Em 1984, era contra a ida ao Colégio Eleitoral, mas acabou assumindo a coordenação da campanha vitoriosa de Tancredo Neves. Disse que agora, como há quatro anos, não deixará de ser sensível à vontade da maioria do partido.

'Históricos' — Sobre a reunião que os históricos do PMDB farão sábado, em Brasília, Ulysses afirmou que é uma reação natural ao surgimento do *Centrão*. Mas, sem citar nomes, observou que há entre os líderes do grupo políticos que tentam ocupar espaços para a eventualidade da sucessão do presidente Sarney.

Antes, Ulysses lutava para que a convenção — reivindicação dos *históricos* — fosse realizada depois da promulgação da Constituição. Agora, acha que sua luta deve ser para evitar a deflagração imediata da sucessão, que, para ir às ruas, não depende mais necessariamente de uma definição das regras do jogo.

SÃO PAULO — Um dia após deflagrar, em reunião com o governador Moreira Franco, a discussão sobre nomes de candidatos do PMDB à Presidência da República, o governador Orestes Quércia foi convocado inesperadamente em Brasília pelo presidente José Sarney. O próprio Quércia confirmou que recebeu o telefonema do presidente e que a audiência está marcada para as 18 horas, hoje, no Palácio do Planalto.

A convocação surpreendeu, porque Sarney e Quércia passam o dia juntos, amanhã, quando o presidente irá a São Paulo, inaugurando uma subestação de Itaipu, na cidade de Ibiúna. No encontro com o presidente, hoje, Quércia explicará que mudou sua posição — agora a favor de um mandato de 4 anos e por eleições presidenciais a 15 de novembro próximo — por ter sentido uma "nítida e irreversível" tendência da Assembléia Nacional Constituinte nesse sentido.

Na entrevista, ontem, e durante todo o dia, Quércia se manteve reservado: reiterou que discutiu candidaturas na reunião, seguida de jantar com o governador Moreira Franco, na noite da segunda-feira, mas evitou declinar nomes. Confirmou que a discussão não saiu dos nomes mais em evidência no PMDB — o do multipresidente, deputado Ulysses Guimarães, e do ex-governador Franco Montoro.

Grupo não quer candidato agora

BRASÍLIA — A recomendação dos governadores Moreira Franco e Orestes Quércia, de que seja lançado de imediato o candidato do PMDB a presidente da República, não será seguida pelo grupo *histórico* do partido, que se reúne no próximo sábado. Os líderes dos *históricos* continuarão a defender a convocação de convenção extraordinária para discutir o rompimento com o governo, mas só pretendem lançar candidatos após a promulgação da Constituição.

O senador José Richa, um dos inspiradores da reunião de sábado, argumenta que não é ainda o momento de se pensar no lançamento de um candidato a presidente da República. "Devemos agora lutar para garantir os quatro anos e apressar o fim dos trabalhos da Constituinte. Depois vêm as candidaturas".

Também o líder do PMDB na Constituinte, senador Mário Covas, apontado como um dos possíveis candidatos do partido, condena a idéia. Fazendo questão de frisar que os governadores do Rio e São Paulo são os únicos que falam no lançamento imediato de candidatos, ele afirma:

— Não é bom que isso ocorra agora. Essas conversas vão ocorrer, é natural, mas não podem atrapalhar a Constituinte. Fixação de candidatos, só depois de termos uma Constituição.

Quércia conversou, ontem, por telefone, com Montoro, desmarcando o encontro acertado para hoje, justificando o adiamento em função da viagem a Brasília, para o encontro com o presidente Sarney.

O governador paulista negou mais uma vez ser candidato à sucessão do presidente Sarney, descartando a possibilidade, mesmo que a sua candidatura seja necessária para derrotar outro candidato (o ex-governador Leonel Brizola), melhor situado nas pesquisas. "Nesse caso o candidato deve ser o Ulysses, que tem todas as condições para unir o PMDB", destacou Quércia.

Ao retomar, a partir do encontro com Moreira Franco, a dianteira das articulações com os outros governadores com vistas à sucessão presidencial — da qual se afastara por 15 dias, enquanto viajava ao exterior — Quércia mostrou que sua principal preocupação, no momento, é com a unidade do PMDB, uma questão que também intranquiliza o governador do Rio de Janeiro.

Por isso, Quércia e assessores negaram que, no encontro com Moreira, ele tenha discutido a própria candidatura — que na avaliação de pemedebistas não uniria o partido — ou uma chapa encabeçada por ele e outro governador.

Estranheza — Para o senador José Fogaça, "não é hora de lançar candidatos, não é hora de convocar convenção, é hora de votar a Constituição." E acrescenta: "Falar agora de rompimento com o governo é chover no molhado."

Entre os principais líderes do grupo *histórico* do PMDB, o único a defender o imediato lançamento de candidatos é o senador Fernando Henrique Cardoso: "Os outros partidos já estão se movimentando e é natural que, lançando os seus candidatos, ocupem espaços na imprensa e na opinião pública. O PMDB deve fazer o mesmo, sob pena de se atrasar neste processo".

A posição dos governadores Moreira Franco e Orestes Quércia — que até pouco tempo defendiam os cinco anos — é vista com estranheza por setores do próprio PMDB. O deputado Miro Teixeira (RJ) lamenta que os dois estejam "neste agendamento" pois isso, segundo ele, vem produzindo uma grande confusão na opinião pública.

— Depois que conseguiram recursos do governo para obras, passaram a defender os quatro anos num ritmo que está confundindo todo mundo. A busca que os dois estão empreendendo atrás do tempo perdido é muito ruim — conclui Miro.

Recife — José Preá



Leônidas, com Arraes: preocupado com o atraso da Constituinte

Leônidas insiste em eleição geral

RECIFE — O ministro do Exército, Leônidas Pires Gonçalves, voltou a afirmar que só entende a realização de diretas para a Presidência da República este ano se houver eleições gerais. "É uma questão de coerência", explicou em entrevista que concedeu depois de empossar no Comando Militar do Nordeste o general Hélio Pacheco.

O general Leônidas, que foi à cerimônia na companhia do governador de Pernambuco, Miguel Arraes, ressaltou que a realização de diretas para presidente é um assunto em discussão na Constituinte. "Portanto, só nos resta aguardar seu pronunciamento soberano". O ministro insistiu que "uma alteração como esta no calendário eleitoral só é coerente se vier acompanhada da convocação de eleições gerais".

Para Leônidas, a lentidão dos trabalhos da Constituinte é motivo de preocupação, porque a consequência será o agravamento da crise econômica: "Muitos empresários brasileiros e estrangeiros têm evitado fazer investimentos por não saberem que Constituição afinal será aprovada".

Reações — Em Brasília, os políticos se dividiram diante da reiteração da posição de

Leônidas. O deputado Euclides Scalco, vice-líder do PMDB na Constituinte, evitou comentar qualquer coisa, mas as declarações do general tiveram o apoio incondicional de um dos coordenadores do *Centrão*, o líder do PDS, deputado Amaral Neto: "Essa é a minha opinião. Sempre foi."

Já outro vice-líder do PMDB, o deputado Miro Teixeira (RJ), só concordou em parte com as posições do ministro do Exército: "Se a Constituinte aprovar o parlamentarismo, é coerente que haja eleições gerais porque não houve delegação popular para que assumamos o poder. Se a Constituinte mantiver o presidencialismo, não há necessidade disso. Nossos mandatos são legítimos."

Quem também concordou só em parte com a tese de Leônidas foi o deputado Gilson Machado (PFL-PE), outro integrante do *Centrão*. No entanto, Gilson só quer eleições gerais em 1994. Amanhã, ele deve apresentar uma emenda determinando que as eleições de prefeitos e presidente se realizem em 1989, com um mandato de cinco anos. Com as novas eleições de governador em 1990, a coincidência ocorreria em 1994.